

25 abril de 2024: a comunicação social livre e independente, o oxigénio da democracia

Luís Souto

Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro

Comemoramos este ano os 50 anos da revolução de abril.

50 anos é idade de maturidade.

Se os primeiros anos após a revolução foram conturbados, ameaçando mesmo a democracia em Portugal, o tempo consolidou as instituições democraticamente eleitas, e chegados a este ponto, o desafio em abril de 2024 é claramente o da renovação, da criatividade, da adaptação a uma sociedade que já pouco tem em comum com a de 1974.

Mais do que comemorar esta data de forma retrospectiva, deixando a tarefa para os historiadores, importa olhar para o presente e tentar perspetivar o futuro.

Assistimos hoje a uma desestruturação das instituições sociopolíticas: os sindicatos são muitas vezes ultrapassados pelos movimentos inorgânicos de reivindicações; a comunicação social quase abafada pela avassaladora onda das múltiplas plataformas de redes sociais na internet, os Partidos fundamentais, assentes em referenciais ideológicos com alguma solidez e em quadros dirigentes geralmente reconhecidos na sociedade, ameaçados por novos movimentos que procuram votos a todo o custo e cujos nomes parecem emergir do nada, por vezes com motivações meramente individuais e ao serviço de interesses pouco claros.

Na era da desinformação e da fácil dissimulação, hoje podemos ouvir a voz e ver a imagem de alguém a “dizer” o que nunca quis, e isto, graças a Inteligência Artificial ao alcance de qualquer um, sem necessidade de complexas habilidades ou capacidades tecnológicas. Com toda a facilidade colocam-se notícias falsas a correr (as “fake news”) e espalham-se se necessário campanhas inteiras de desinformação recorrendo a meios como Whatsapp, Instagram, Tik Tok ou o já mais clássico Facebook.

Nos antecedentes da revolução de 25 de abril de 1974, um livro, “Portugal e o Futuro” do general Spínola, fez tremer o regime – e ler era muitas vezes “comer um fruto proibido”.

Hoje a liberdade da leitura de um livro ou de um simples jornal, sem prévia censura, parece ser cada vez menos valorizada; a leitura de um texto com o mínimo de profundidade está ameaçada de extinção, substituída pelo “scroll”, pelo “post”, pelo imediatismo frenético do que for comodamente acedido.

Na justiça, ao sereno e discreto exame de provas e audição das partes num processo, assiste-se hoje a um autêntico retrocesso a uma quase justiça popular potenciada por fugas de informação colocadas na fogueira de danos reputacionais, na verdade, irreparáveis.

Se não tivermos uma capacidade reformista capaz de mudanças profundas e se os principais partidos não forem capazes de deixar de lado o que os divide e assumirem a necessidade de empreender as mudanças necessárias para adaptar a cinquentenária democracia aos novos tempos, a democracia, que nunca podemos dar por adquirida, poderá ficar em risco.

Nestes 50 anos de abril quero saudar especialmente a comunicação social livre que é vital para democracia como ar que respiramos para a vida.

Foi preciso muita coragem quando em 1970, em pleno Estado Novo, os então deputados da chamada “ala liberal” Francisco Sá Carneiro e Francisco Pinto Balsemão apresentaram à Assembleia Nacional um projeto de lei de liberdade de imprensa que, entre outras disposições, propunha a abolição da censura.

Há dias na nossa universidade percorri uma exposição sobre imprensa alusiva às comemorações da revolução de abril. Chamou-me a atenção a edição de 25 de abril de 1974 do jornal República a qual ostentava orgulhosamente em rodapé “Este jornal não foi visado por qualquer comissão de censura”. Esta foi uma grande conquista de abril.

Antes do 25 de abril, foi com temeridade que se foi fugindo à censura e à repressão fazendo circular clandestinamente jornais e panfletos ou mesmo livros com as canções de autores como o aveirense Zeca Afonso que teve a ousadia de cantar duas vezes a Grândola Vila Morena, naquela noite de 29 de março de 1974, no épico I.º Encontro da Canção Portuguesa no Coliseu de Lisboa perante cerca de 5 mil pessoas ansiosas pela Liberdade que não tardaria.

Por outro lado, é bom recordar a este propósito que, já depois da revolução de abril, após o 11 de março de 1975, e perante a ocupação da Rádio Renascença por forças de extrema-esquerda, tornou-se um imperativo defender a liberdade dos órgãos de comunicação e não faltou destemor ao bispo de Aveiro, D. Manuel de Almeida Trindade para liderar a histórica “Manifestação dos Cristãos de Aveiro”, depois repetida em outras dioceses do centro e norte de Portugal.

Devemos também prestar homenagem aos políticos corajosos que permitiram, nomeadamente com a revisão constitucional de 1989, retirar o Estado dos principais órgãos de comunicação social, e a abertura da televisão a privados.

Nestes 50 anos a comunicação social livre e independente está ameaçada e fragilizada a própria função de jornalista, sujeito a precariedade e a pressões dos poderes sejam eles políticos, sejam os do mercado - a sua ética profissional é cada vez mais posta à prova.

É nosso dever democrático contribuir para que o exercício da liberdade de expressão não se torne uma ficção ainda que revestida de direitos formais.

É mais do que justa, nestes 50 anos de abril, a homenagem aos homens e mulheres que relatam e nos ajudam a compreender os acontecimentos por mais duros e controversos que eles sejam, muitas vezes enfrentando riscos elevados: segundo a organização “Repórteres sem fronteiras”, no ano de 2023, 45 jornalistas morreram em serviço e mais de quinhentos encontram-se atualmente detidos arbitrariamente em ações decorrentes do seu trabalho.

Seja em Aveiro, em Portugal ou no mundo, não há democracia sem a comunicação social livre e independente e sem jornalistas fortemente comprometidos com o seu código de ética e com a sua própria consciência de cidadãos do Portugal democrático.

Viva o 25 de abril!